

A EXPLICAÇÃO DO TEXTO FILOSÓFICO

por Danièle Cohn-Plouchart

L'EXPLICATION DE TEXTE PHILOSOPHIQUE

par Danièle Cohn-Plouchart

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i3.57916>

Tradutor

Denilson Soares Cordeiro*

<http://lattes.cnpq.br/2387005760080859>

<https://orcid.org/0000-0002-0023-1605>

denilson.cordeiro@unifesp.br

* Professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).

A explicação do texto filosófico^I

A explicação de texto é hoje um exercício que, junto com a dissertação, faz parte da formação filosófica básica: isso vale tanto para estudantes do ensino médio, nessa iniciação à filosofia que constitui o terceiro ano^{II}, quanto para os futuros professores de filosofia que, a cada etapa de seu curso universitário até a licenciatura, se vêem na obrigação de exercitar e demonstrar a capacidade de realizar bem esse exercício. Ela aparece então como uma das etapas do percurso que conduz ao aprendizado filosófico, em um verdadeiro “romance de formação”, às portas do verdadeiro filosofar.

Trata-se então de determinar aqui, por uma rápida análise histórica, o estatuto da explicação: como gênero, trata-se unicamente um gênero pedagógico. O que significa essa definição? Como distinguir a explicação do comentário? Que tipo de leitura propõe a explicação e que lugar ocupa na elaboração da reflexão como parte essencial da filosofia?

Desde 1840-42, Victor Cousin tinha insistido sobre a importância de uma frequência direta e pessoal dos grandes textos.

Victor Duruy instituiu em 1864 uma composição em francês por escrito sobre um assunto de filosofia para o *baccalauréat*^{III}. Até então, a prova de filosofia consistia, para a maioria dos alunos, em um jogo oral de questões e respostas que só exigia uma recitação fiel e mecânica das respostas dadas durante o curso. O que uma obra como o *Petit précis de dissertations philosophiques*, de Charles Bénard, publicado em 1866, ressalta – na linha de reflexão de Victor Cousin – é a necessidade de acabar com a simples repe-

I [N.T.] Publicação original: COHN-POUCHART, Danièle. *L'explication de texte philosophique* In: JACOB, A. (dir.). *Encyclopédie Philosophique Universelle - L'univers philosophique*. Paris : Presses Universitaires de France (P.U.F.), 1989, p. 832–834.

II [N.T.] No sistema de ensino francês.

III [N.T.] Exame nacional francês realizado no último ano do ensino médio e que permite ao estudante o acesso ao sistema universitário

tição de um curso ditado e a urgência do *estabelecimento* de uma verdadeira reflexão filosófica que manifestaria a interiorização do filosofar.

Ora, a *aplicação* de uma técnica dissertativa nos anos 1860 – nos termos que acabamos de evocar – está situada na seguinte perspectiva: é o momento de lutar contra a prática pedagógica do curso ditado.

Na obra de Canivez, *Jules Lagneau: professeur e philosophe. Essai sur la condition du professeur de philosophie jusqu'à la fin du XIXe siècle*, constatamos que a linha geral foi a da passagem progressiva – à medida que o contato com o texto se fazia mais e mais distante – no sentido do curso ditado: “O curso tinha sido de início o resumo da doutrina de Aristóteles ou de uma escolástica, acompanhado de um resumo de seu comentário, depois se tornou a exposição de opiniões concernentes ao conteúdo das matérias filosóficas explorado pela tradição”.

O fim do século XIX e toda a primeira metade do XX foram marcados pela idéia de que a dissertação é uma composição *pessoal* que deve então se apoiar na leitura *pessoal* dos grandes textos.

Os documentos oficiais de 1966 sobre o comentário de texto assumem então seu lugar nessa história da dissertação: trata-se, seguindo os temas propostos para o *baccalauréat*, de conduzir um “estudo ordenado” do excerto e de extrair dela, em um segundo momento, “seu interesse filosófico”.

O ponto de partida é então um percurso lexical que autoriza uma leitura verdadeiramente filosófica do excerto. As recomendações feitas ao futuro candidato insistem sobre essa operação de leitura. A circular de 29 dez. 1969 referia-se a um “texto-sentido, proposto à livre reflexão do candidato”, e foi substituída a partir de outubro de 1970 por uma outra circular que retomava a formulação de 1966 sobre o estudo ordenado etc. A ênfase foi colocada na rigorosa técnica que deve produzir uma leitura filosófica, e ficava descartado o que dizia a circular de 1969: a idéia de um texto como *pretexto* para a reflexão.

Se a noção de leitura sobre a qual se volta pareceu ocupar o lugar central, ela não descartou para tanto aquela da reflexão que insistiu fundamentalmente na análise da prática escolar e universitária. Foi o que testemunhou o texto assinado por Florence Khodoss e Dina Dreyfus em *Temps Modernes*,

em dezembro de 1965, e, quase dez anos mais tarde, o relatório da Capes, em 1973, redigido por Dina Dreyfus.

Esses dois textos são sintomáticos da concepção que se fez a partir do anos 60 da função do ensino filosófico, e o relatório da Capes mostra com ênfase a perfeita coerência da concepção da explicação de texto, que tratava de abordar uma aptidão para ensinar em um nível de conclusão de estudos secundários ou de sanção universitária. O mestre deve aprender um exercício que ele deverá ensinar e, se seguirmos a letra do relatório da Capes, a diferença entre o mestre e o aluno do ponto de vista do conhecimento ficava atenuada.

Isso ratifica a evolução do gênero: o comentário de texto ficou, com efeito, durante muito tempo restrito ao campo da história da filosofia e assim ao ensino superior. A questão dos conhecimentos teve um papel primordial. O comentário se inscreveu, assim, em uma longa tradição que remonta ao dispositivo medieval: nele, o texto é um material bruto cujo sentido aflora através da glosa e dos estratos de comentários que iluminam o texto todo recobrando-o.

Por contraste, a explicação de texto se apresentava como um gênero que autorizava uma certa ignorância de tudo o que está em torno do texto: o leitor é ignorante quando ele aborda o excerto a explicar, e o destinatário – aluno ou banca – é um sujeito sobre o qual se supõe não conhecer a história da filosofia e da cultura em geral que produziu esse texto.

A explicação procura esclarecer um texto concebido como uma *totalidade singular* que oferece de maneira exemplar um momento da reflexão filosófica. É uma leitura filosofante que agarra o processo de reflexão no momento em que ele está se fazendo no texto. Há um ponto de partida que se anuncia sob a forma de um problema a ser resolvido a partir de condições de resolução implícitas ou explícitas. E há um ponto de chegada. O texto demonstra então uma coerência e uma sistematicidade que operam conceitos e noções a serem explicitados.

Uma tal definição demonstra que a hegemonia da dissertação como via real do percurso filosófico pertence ao passado e que há identidade de intenção entre os dois exercícios, explicação e dissertação.

A explicação é uma leitura, e toda verdadeira reflexão se constrói sobre uma leitura bem conduzida. O ensino filosófico assume aí seu sentido, porque evita o tipo de armadilha denunciada na passagem tão frequentemente citada – ainda que isso seja feito de maneira inexata – da *Crítica da Razão Pura*, de Kant: “Até aqui, não podemos aprender nenhuma filosofia; pois: onde ela está? Quem a possui? Como podemos reconhecê-la? Só podemos aprender a filosofar, isto é, a exercer o talento da razão na aplicação de seus princípios gerais a certas tentativas que se apresentam, mas sempre com esta reserva do direito que tem a razão de investigar seus princípios, sua fonte e confirmá-los ou rejeitá-los”.

A história nos mostra a estreita ligação entre reflexão e o gênero da explicação de texto com o ensino da filosofia. Voltamos à hipótese do início que particularizava a explicação como um gênero pedagógico.

Se tentamos formular o problema do ensino filosófico, podemos colocar em relevo que a exigência filosófica não é em si, propriamente falando, pedagógica. Todo filósofo é, de algum modo, autodidata: daí o aspecto recorrente do tema da reforma que duplica a formação; mas a figura da reforma que torna possível o comentário é aquela do retorno a si. O estatuto do mestre se torna frágil.

Platão e Kant mostraram que “educar os educadores” era uma aporia: o domínio que teria o mestre se mostrava então ilegítimo se se tratava de concebê-la como uma aquisição definitiva cujo mestre seria suficiente. O mestre filosofando exhibe seu trajeto enquanto atua: ele experimenta o perigo que há em filosofar, visto demonstrar que não se progride em filosofia e que só há filosofar se arriscando no exercício solitário da elaboração filosófica.

O recurso ao texto constitui um auxílio ao mestre e um exemplo do filosofar. O que é a imitação no ensino filosófico se tanto o mestre como o aluno devem indefinidamente redigir cópias sobre o modelo que é o texto a explicar?

Se nos referimos uma segunda vez mais ao texto de Canivez citado acima, vemos que “o professor de filosofia é o transmissor fiel de uma tradição e não o construtor de uma filosofia que está se fazendo”. Tal

era o caso no fim do século XIX. Pode-se dizer que as coisas tenham mudado?

Toda a reflexão contemporânea tenta separar o mestre dessa concepção: não há uma filosofia a ser transmitida, ele deve ensinar a filosofar. Mas nós ficamos num círculo vicioso: como se ensina a filosofar? Se não há aprendizagem senão em um autodidática, o mestre deve recorrer aos textos como modelos de uma reflexão filosófica. A proliferação, nos últimos vinte anos, de antologias temáticas de textos e o abandono progressivo do manual de curso vão nesse sentido.

No artigo citado de *Temps Modernes*, Florence Khodoss e Dina Dreyfus escrevem: “É nas obras filosóficas que se aprende a filosofia, porque é nelas que encontramos os únicos modelos do filosofar.”

Vemos que se o mestre tivesse uma filosofia própria, ele não saberia ser o modelo para quem pretende aprender a filosofar: como o aluno, ele deve se entregar à elaboração crítica que constitui a *potência purgativa* da filosofia. Como diz Jacques Derrida em seu artigo “Onde começa e como acaba um corpo de professores” (in *Politiques de la philosophie*), o mestre é um grande reiniciador. O juízo, o espírito crítico e o espírito de exame não se constroem sem uma prática assídua dos textos. O ensino filosófico se alimenta da história da filosofia, não na perspectiva de uma “história antiquário”, tal como Nietzsche a denuncia na segunda *Consideração Intempestiva*, mas naquela de uma “história crítica”.

A questão da imitação em sua dimensão necessariamente aporética – visto que nenhuma cópia pode igualar o modelo, salvo quando o substitui, o que remete ao problema do critério de adequação da cópia ao modelo – estrutura a relação do aprendiz de filósofo com o texto: não seria questão de copiar a leitura do mestre, o texto se inscreve em uma reflexão sobre a língua filosófica tal como são constituídos os filósofos: o mestre representa essa reflexão e o aluno reflete através da leitura proposta o que está em jogo na reflexão do texto.

O trabalho da explicação de texto conduz então todo leitor a levar em conta o passado da filosofia. Como diz Paul Ricoeur, “filosofar é se

inserir em um momento dado do discurso filosófico, de um discurso cujos maiores significados já estão constituídos”. O percurso lexical que constitui, no mínimo, a explicação de texto fica incompleto se ele não se desdobra sobre o horizonte dos sentidos que o torna possível: definir um termo filosófico *in abstracto* está condenado ao fracasso. O mestre, assim, não é senão uma figura que está na ordem da ocasião sobre o caminho que segue todo sujeito: ele se apaga quando a oposição vã das diversas opiniões e dos preconceitos deixa o lugar ao filosófico.

Sócrates se definia com estéril, e cada mestre é remetido à sua própria esterilidade se não se insere em um processo que propõe uma sucessão de meditações.

O filosofar não é imediato: no Prefácio à *Fenomenologia do espírito*, Hegel denuncia o preconceito segundo o qual “cada um sabe imediatamente filosofar e apreciar a filosofia visto que possui a unidade de medida necessária em sua razão natural, como se cada um não possuísse também em seu pé a medida de seu sapato”.

O estatuto da história da filosofia é então claro: ela é parte integrante da filosofia. É trabalhando sobre seu passado que a filosofia persegue a obra encetada: nenhum texto é ultrapassado, e sua data, nesse sentido, importa efetivamente pouco.

A leitura das obras não tem nada de uma “doença histórica”, mas faz parte da anamnese que funda a conversão intelectual solicitada pelo verdadeiro filosofar.

Trabalhar sobre os textos é o tempo forte dessa “*memória-Erinnerung*” que Hegel opunha à “*memória-Gedächtnis*”, faculdade de conservação de um passado aí encontrado e bem conhecido.

Ler é se reapropriar – reexperimentando o passado – de uma reflexão filosófica e nesse sentido é já plenamente filosofar.

Também devemos sublinhar a ambigüidade que reina nos conselhos metodológicos sobre a explicação de texto. Ela é a um tempo verda-

deira e falsa, honesta e desonesta por pretender que possamos ler um texto em uma ignorância que seria, com efeito, douda. A frase socrática “tudo o que eu sei, é que nada sei”, a rejeição inaugural no texto cartesiano dos preconceitos que têm até aí constituído nosso conhecimento, não devem fazer esquecer o esforço lento e paciente que constitui o trabalho indispensável do encadeamento histórico que torna possível a coerência de um texto: aquele que precede toda a anamnese e só ele a torna possível. Se o texto pode constituir um modelo, é na medida em que ele exhibe uma razão refletindo, isto é, trabalhando sobre as palavras e questionando sua legibilidade para formular uma interpretação. O texto não é então uma totalidade fechada sobre si mesma: se é justo dizer que o texto propõe uma reflexão constituindo-se, o texto mantém relações com seus exteriores: ele assinala referências, remete ao sistema do qual é um dos momentos, isto é, a outros textos, internos ou externos aos sistemas do qual provém.

Se a meta que visa o ensino filosófico é a construção de uma reflexão e a consolidação de nossa razão, o texto tem dois grandes méritos: evita – e todo o trabalho de explicação vai nesse sentido – a epopéia quando se trata de um saber tal que a filosofia que se constrói em seu distanciamento de uma narração sempre aí, e uma história das idéias em que as obras não seriam convocadas senão na medida em que a tradição as tivesse fixadas em uma tipologia das doutrinas exemplares. Evita também o erro maior que levaria a crer que a linguagem pode ser unívoca e que o trabalho de decodificação do texto permitiria fixar a verdade de um discurso. A explicação permite mostrar que a linguagem funciona sobre os sentidos figurados e não sobre o sentido próprio e que é um bem.

A função purgativa da filosofia está então garantida com a explicação de texto.

O lugar crescente assumido pela explicação de texto remete de fato ao estado da reflexão sobre a noção mesma de texto. Se os textos estiveram por tão longo tempo ausentes da formação filosófica, é, para empregar uma fórmula polêmica, que eles não existiam. Nós não po-

deremos aqui remeter senão ao conjunto do trabalho de Paul Ricoeur sobre a interpretação. A revolução copernicana que opera o kantismo tem seu efeito no campo da exegese. A inteligibilidade de um texto deve poder vir dele mesmo. Os estratos dos comentários podem ser eliminados e o texto surge como objeto, o que Gadamer chama “a coisa do texto” que abre ao leitor um mundo. Porém este mundo não está atrás do despeito das suspeitas que cercam a idéia de seu papel na formação filosófica, apesar da imprecisão dessa noção de reflexão que, como vimos, é central na aproximação do gênero, é preciso enfatizar que a explicação concentra as virtudes catárticas do filosófico e deixa aparecer de uma maneira exemplar o caráter fundamentalmente aporético de toda formação filosófica. texto: o texto se distingue nesse sentido da obra porque é autônomo em relação a seu autor e atribui ao leitor uma tarefa de compreensão historicista. O texto apaga o nome próprio que tentou individualizar sua reflexão em um estilo escolhido pelo autor. Nesse sentido, o texto pode pretender uma totalidade maior que o todo da obra. A explicação do texto justifica o trabalho de *découpage* que dá existência ao texto como texto e precisa a significação do termo reflexão, que, como vimos, é o referente obrigatório da análise do gênero. A reflexão é o que define a leitura como retomada do sentido em ato: é assim que o leitor vê se abrir um mundo diante dele: o mundo dos textos, a literatura, mas também o mundo dos autores e um melhor conhecimento de si mesmo.

A explicação é um gênero unicamente pedagógico. O que se anuncia nessa determinação é que se a filosofia não é ensinável, ela só tem existência, apesar de tudo, no seu ensino. A disciplina da razão que ela postula só se obtém graças a exercícios do tipo espiritual que produzem uma ascese intelectual de tal modo que os aprendizes-filósofos professores ou alunos podem produzir sua reflexão longe dos sonhos de imediatividade e de espontaneidade que poderiam nutrir. Nesse sentido, a instrução filosófica é em sentido pleno do termo uma educação: a aquisição do saber é indissociável da formação não somente do espírito mas também da pessoa. Isso exprime muito precisamente o ideal da *Bildung* tal como o idealismo alemão e os “romances de formação”

a apresentam. A passagem pelo texto na formação do filósofo constitui esse desvio que é o percurso do sujeito que lhe permite aceder, para além do infecundo fechamento sobre si, a uma intersubjetividade e a uma interação viva.

Se o ensino filosófico não é mais como o afirmava Schleiermacher (*Pensamento de circunstância sobre as universidades de concepção alemã*, 1808) “reconhecido de modo geral como o fundamento de toda atividade universitária, é que a idéia mesma de totalidade como aquela de sujeito se tornaram intempestivas. A formação, a *Bildung* é doravante um ideal ultrapassado, e o exercício que representa a explicação de texto corre o risco de perder sua função que podemos qualificar até de ética em uma tecnicidade que submete a leitura ao rigor de um método determinado pelas ciências humanas e em particular pela lingüística. Também a despeito das suspeitas que cercam a idéia de seu papel na formação filosófica, apesar da imprecisão dessa noção de reflexão que, como vimos, é central na aproximação do gênero, é preciso enfatizar que a explicação concentra as virtudes catárticas do filósofo e deixa aparecer de uma maneira exemplar o caráter fundamentalmente aporético de toda formação filosófica.

REFERÊNCIAS

Publicação original

COHN-POUCHART, D. L'explication de texte philosophique. In: JACOB, A. (dir.). *Encyclopédie Philosophique Universelle - L'univers philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France (P.U.F.), 1989, p. 832–834.

Outras obras

DERRIDA, J. Qui a peur de la philosophie ?. In: DERRIDA, J. *Politiques de la philosophie*. Paris: Grasset, 1976, p. 55-97.

DREYFUS, D.; KHODOSS, F. Sans titre. *Les Temps Modernes*, n. 235, déc. 1965.

GADAMER, H.-G. *Wahrheit und Methode*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1960. [Tradução francesa: *Vérité et méthode*. Paris: Seuil, 1976]

HÉDOIN, P. *Qui a peur de la philosophie ?*. Paris: GREPH; Flammarion, 1977.

RICOEUR, P. *Essais d'herméneutique*. Paris: Seuil, 1986.

Recebido em 16 de março de 2025

Aprovado em 28 de março de 2025

Publicado em 31 de março de 2025

RFMC